

— PODER LEGISLATIVO —

Requerimento de Informação n° 216/2025

Processo Número: **15478/2025** Data do Protocolo: 15/05/2025 14:33:48





REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, requer-se que se oficie ao Senhor Governador do Estado, **Tarcísio de Freitas**, para que preste esclarecimentos sobre as ações em curso e os gastos públicos envolvidos na **segunda fase do projeto do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) na cidade de Santos**, especialmente, para que responda aos seguintes questionamentos:

Qual o número total de imóveis previstos para desapropriação no atual traçado da segunda fase do VLT em Santos? Quantos já foram efetivamente desapropriados até a presente data?

Qual o valor total previsto para as indenizações decorrentes das desapropriações? Qual o valor já foi efetivamente desembolsado?

Quais critérios foram utilizados para definir o valor das indenizações? As famílias e comerciantes afetados foram previamente comunicados dos valores?

Há estimativa do impacto econômico e social da medida nas comunidades atingidas? Existem laudos ou estudos técnicos sobre isso?

Como o Governo pretende atender as demandas de comerciantes e moradores que relataram prejuízos, alagamentos, rachaduras e outros impactos estruturais gerados pela obra do VLT, conforme relatos apresentados na matéria?

Quais medidas estão sendo adotadas para corrigir os problemas de drenagem e execução identificados na obra?

Qual o cronograma atualizado para conclusão da segunda fase do VLT em Santos? Houve alterações no prazo inicialmente previsto? Quais os novos marcos?

Existe plano de realocação ou compensação para comerciantes prejudicados pela obra? Se sim, quais as ações e prazos definidos?

Houve consulta pública ou audiências com os moradores e comerciantes da área afetada antes da definição do traçado e início das desapropriações?

Quais órgãos estaduais e municipais estão diretamente envolvidos na coordenação da obra? Quais empresas foram contratadas para executar o projeto?

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento visa obter informações oficiais e detalhadas sobre a segunda fase do projeto do VLT em Santos, que envolve um volume significativo de recursos públicos, além de impactos diretos à vida de centenas de moradores e comerciantes da região central da cidade.

Segundo matéria veiculada pelo jornal A Tribuna, o Governo do Estado de São Paulo já desembolsou **R\$** 33,2 milhões em indenizações para a desapropriação de 61 imóveis localizados ao longo do novo trecho da linha do VLT. Apesar da relevância do modal de transporte, a execução da obra tem gerado críticas e insegurança entre a população atingida, com relatos de alagamentos, rachaduras em residências, prejuízos a comércios locais e falta de informações claras por parte do poder público.

Em respeito à transparência e à função fiscalizadora deste Parlamento, é essencial esclarecer quais são os critérios técnicos, sociais e orçamentários utilizados na execução do projeto, bem como quais medidas estão sendo adotadas para mitigar os prejuízos enfrentados pela população afetada.

Diante disso, solicitamos respostas oficiais para subsidiar eventual atuação legislativa e garantir que o desenvolvimento urbano do Estado de São Paulo se dê com justiça social, responsabilidade fiscal e diálogo com as comunidades.





Caio França



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade utilizando o identificador 320033003200390032003A005000

Assinado eletronicamente por Caio França em 15/05/2025 11:54 Checksum: 2CC7A06AD54CAD21F0C79C9C8054D5BAE1CD766D379C2E0FEC3F27711E184993

